

VIDAS IMPRESSAS

Intelectuais negras e negros
na escravidão e na liberdade

Flávio Gomes e Iamara Viana
(orgs.)



VIDAS IMPRESSAS
Intelectuais negras e negros
na escravidão e na liberdade
Copyright © 2024 by autores
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**
Preparação: **César Carvalho e Samara dos Santos Reis**
Revisão: **Michelle Campos**
Capa: **Delfin [Studio DelRey]**
Projeto gráfico: **Crayon Editorial**
Diagramação: **Pablo Moronta**

Selo Negro Edições
Departamento editorial
Rua Itapicuru, 613 – 7ª andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
<http://www.selonegro.com.br>
e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor
Summus Editorial
Fone: (11) 38659890

Vendas por atacado
Fone: (11) 38738638
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

- Apresentação — Das pessoas invisíveis entre trajetos ausentes7
Iamara Viana e Flávio Gomes
- 1 Padre Vitor: o paradoxo de um santo escravizado no Brasil..... 15
Marcus Vinicius Fonseca
- 2 Joaquim Candido Soares de Meirelles: um médico negro na corte imperial 37
Silvio Cezar de Souza Lima
- 3 De escravizado a professor: o letramento e a pedagogia de Luiz Gama 55
Bruno Rodrigues de Lima
- 4 Otaviano Hudson: cor, gênero e instrução (Rio de Janeiro, 1870-1885)..... 73
Bárbara Canedo Ruiz Martins
- 5 A árvore genealógica de Maria Firmina dos Reis: escravidão,
gênero e maternidade..... 91
Maria Helena P. T. Machado
- 6 João Baptista Gomes de Sá: a trajetória de uma liderança negra
no pós-abolição curitibano..... 115
Noemi Santos da Silva
- 7 José Rebouças: um inspetor nos trilhos e nas correntezas do café paulistano . . 129
Antonio Carlos Higino da Silva

8	Maria Odília Teixeira: gênero e medicina na Bahia	141
	<i>Mayara Santos</i>	
9	Educadores negros na corte imperial: as trajetórias de Pretextato dos Passos e Silva e Israel Antônio Soares	157
	<i>Higor Ferreira</i>	
10	Dois poetas negros: Pedro Cumba Junior e Lino Guedes	179
	<i>Mário Medeiros</i>	
11	José de Farias e Manoel Etelcides: jornalistas no Rio Grande do Sul	201
	<i>Aline Sônego e Helen da Silva Silveira</i>	
12	Pensadores da capoeira: Bimba, Pastinha e Besouro Mangangá.	217
	<i>Antonio Liberac Cardoso Simões Pires</i>	
13	Nascimento Moraes e João do Rio: literatura e trajetórias	231
	<i>Darville Lizis</i>	
14	Antonio Amaro Ferreira: enfermagem e saúde no Mato Grosso	243
	<i>Valdeci Silva Mendes</i>	
15	Biografias invisíveis e prosopografias possíveis: trajetórias negras	257
	<i>Iamara Viana e Flávio Gomes</i>	

DAS PESSOAS INVISÍVEIS ENTRE TRAJETOS AUSENTES

IAMARA VIANA E FLÁVIO GOMES

O desafio desta coletânea é oferecer narrativas sobre invisibilidades biográficas com nitidez personalizada, sob sombras de prosopografias e com diversos ângulos e silhuetas. Tudo alinhando roteiros intelectuais negras e negros no século XIX até as primeiras décadas da pós-abolição. Porém, nada de heróis e donos de certezas ou vítimas inertes. Muito menos se propõe aqui um acerto de contas com a história da escravidão, passado, aliás — enquanto *temporalidade reinscrita* —, que ainda não acabou para a população negra no Brasil contemporâneo. Localizam-se, de diferentes perspectivas, vivências, frustrações e desejos atravessados pelo apagamento das memórias dos descendentes de africanas e africanos escravizados, que compulsoriamente atravessaram a *Kalunga*, juntando margens de Áfricas e Américas/Brasil.

Vislumbram-se repertórios de um pensamento social silenciado. No conjunto e limite, são produzidos outros símbolos, signos e mitos da chamada “memória nacional” da segunda metade do século XIX no então Império, indo até as modernidades alardeadas por sinfonias republicanas — via de regra, roucas, quando não desafinadas. Nunca é demais lembrar que, na invenção de um Brasil, coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB (1838), demarcar cronologias, estabelecer roteiros temáti-

cos e definir eixos de uma biografia da *nação*. Foi um projeto idealizado por uma elite letrada, masculina e branca, executado com a aposta na exclusão e na racialização. Uma dada “memória nacional” era instaurada, ignorando várias expectativas do seu tempo, entre experiências de outros setores pós-coloniais, tratando-se da era oitocentista.

Nesta coletânea, vários autores — diversas gerações acadêmicas — procuram não só novos personagens, mas também postos de observação em ambiências letradas ou não, informais e artísticas, sempre passando longe de uma pretensa hegemonia. Existe um pensamento social diverso, produzido, idealizado e com circulação da (e para a) população negra? A resposta é sim, sem desconsiderar que deve ser acompanhada de reflexões vigorosas sobre atores e projetos envolventes. Aqui vão aparecer corpos, corações e mentes negros e negras da herança colonial até um pós-colonial republicano desenhado sob a naturalização da desigualdade.

Nenhum personagem será santificado neste volume, que apresenta literatos, políticos, religiosos, médicos, professores, artistas, enfermeiros, jornalistas e engenheiros negros e negras — muitos ex-escravizados e outros tantos filhos das primeiras gerações recém-saídas da escravidão.

Esta edição começa recebendo bênçãos e descobrindo milagres. Marcus Vinicius Fonseca aponta para os confins de Minas Gerais para de lá acompanharmos Francisco de Paula Vitor, vigário, professor e diretor de escolas. A carreira desse personagem se transformou em devoção e peregrinação. Depois de sua morte, em 1905, surgiu um culto fervoroso à sua imagem, alcançando o sul de Minas e atravessando o século XXI. Com um processo de canonização registrado em 1989 no Vaticano e sua beatificação concluída em 2015 — tendo milagre já reconhecido —, o Padre Vitor poderá ser “o primeiro ex-escravizado a se tornar santo no Brasil”. O autor segue rastros — memoria-listas, hagiografias incompletas e outras fontes textuais — da vida desse padre e localiza ruínas da exclusão oitocentista. Assim chegamos a Campanha, interior mineiro, entrando em igrejas, sacristias e batistérios, surpreendendo a formação eclesiástica e a atuação religiosa católica de um homem negro numa sociedade escravista.

Porém, se a cura podia vir da reza, também chegaria por meio das prescrições médicas de Joaquim Candido Soares de Meirelles, conhecido por Candido Meireles, médico na corte imperial. Silvio Cezar de Souza Lima investiga esse homem negro, nascido no final do século XVIII, neto e bisneto de cirurgiões formados em Coimbra e Porto, Portugal, e sobrinho de um padre professor. Embora saibamos pouco sobre suas origens maternas, provavelmente Meireles era filho de uma mulher negra, descendente de escravizados. Em 1817, residindo no Rio de Janeiro, ele ingressou na Academia Médico-Cirúrgica e depois passou a atuar como médico no Exército, servindo em hospitais militares. Nos anos de 1820, viajou para a Europa, especificamente para Paris.

Citado como médico do Imperador, Candido Meireles foi escritor e político importante na primeira metade do século XIX. Na sua rota são recuperadas turbulências, que o alcançam na década de 1830 — em meio aos debates sobre a Abdicação —, e sua atuação na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Meireles se viu diante de ataques raciais, acusado de fazer parte de “sociedades secretas” e de propagar “haitianismo” — como era estigmatizada a mobilização política negra no Primeiro Reinado, supostamente com letrados incitando conspirações. Mais tarde, apostou na carreira parlamentar, sendo eleito deputado provincial do Rio de Janeiro e, posteriormente, deputado geral por Minas Gerais, atuando entre 1845 e 1848. A partir da década de 1850, retoma a carreira na medicina, tanto como cirurgião-mor da Armada como no Corpo de Saúde da Armada e na Junta Central de Higiene Pública. Com vida pública intensa, não faltaram episódios de difamação diante de sua posição social como homem negro.

Para não dizer que não falamos de flores, trouxeemos Luiz Gama, certamente o personagem oitocentista mais icônico, dados sua atuação abolicionista e seu legado para as memórias negras. Bruno Rodrigues de Lima — um dos mais importantes especialistas, junto com Ligia Ferreira, na obra de Gama — apresenta original caminho, abordando a transformação de Gama de escravizado em professor, incluindo a formação, o letramento e a sua missão pedagógica em termos políticos. As várias rotas — Salvador, terra natal, e depois Santos e a cidade de São Paulo — informam sobre sua inserção em espaços da diáspora. Gama refez laços étnicos, construiu solidariedades e ajudou a moldar ações abolicionistas, com agendas de educação e letramento.

Completamente invisível é a vida de Otaviano Hudson. Quem nos apresenta sua história é Bárbara Canedo Ruiz Martins, ao mergulhar nos universos da “instrução” carioca entre 1870 e 1885. Lá está um poeta, professor, jornalista, abolicionista e militante socialista praticamente desconhecido. Signatário do famoso Manifesto Republicano de 1870, Hudson foi grande incentivador da instrução, participando, em fins do século XIX, dos debates sobre as reformas educacionais. A autora destaca sua militância em favor da educação das mulheres. A conexão com personagens femininas e republicanas da sua época indica suas expectativas intelectuais, ora participando de jornais, ora se vinculando a diversas instituições, como Asilo dos Meninos Desvalidos, Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade Amante da Instrução, Colégio Progresso, Curso Profissional da Beneficência Portuguesa e Exposição Pedagógica.

Revisitamos a “árvore genealógica” de Maria Firmina dos Reis, ícone oitocentista, no capítulo de Maria Helena P. T. Machado, que desembarca nas origens dessa escritora abolicionista, indo aos poucos registros sobre sua mãe, Felipa Leonora, e sua avó Engrácia. Do interior à capital do Maranhão, a autora perscruta Firmina — infância,

formação, parentesco, atuação como professora —, recuperando fragmentos memorialistas e recordações sobre ela. São relidos poemas, petições e registros eclesiásticos para encontrar origens femininas escravizadas — quem sabe mulheres africanas — e alocar silêncios e conferir dúvidas. Sobram subtextos para reler suas “duras críticas à violência do patriarcalismo”, acompanhadas de paixões acanhadas. Conhecemos, assim, mais sobre vivências e motivações literárias da mais importante abolicionista negra.

Navegamos do norte ao sul e, com Noemi Santos da Silva, chegamos à capital da província do Paraná. É o lugar de João Baptista Gomes de Sá, único líder negro na pós-abolição em Curitiba. Mais uma vez estamos diante de pessoas invisíveis, mais até do que silenciadas. Essa foi a senha para a autora considerar as mobilizações dos derradeiros anos oitocentistas, através do conhecido “João da Fausta”, apelido recebido por ser filho da escravizada Fausta Maria da Conceição, que articulou a fundação de entidades negras, religiosas, mutualistas e operárias como Sociedade 13 de Maio, Sociedade Protetora dos Operários, Irmandades do Rosário e São Benedito e Irmandade Bom Jesus dos Perdões. Itinerários que desvelam os caminhos do letramento, fossem abertos ou fechados, considerando alvos e interesses tanto dos promovidos como dos promotores. Sem perder o vínculo com a luta abolicionista, João da Fausta vai frequentar escolas noturnas e, depois, atuar em associações operárias que se transformaram em “importantes canais da reivindicação por direitos dos grupos negros na pós-abolição”.

A vida de inúmeros homens e mulheres negros precisou de engenharia afetiva, familiar e material. É esse o caminho escolhido por Antonio Carlos Higino da Silva ao reconstituir os passos de José Rebouças. Vale destacar como os estudos a respeito de André Rebouças e sobre seu pai, Antônio Pereira Rebouças, silenciaram sobre seus outros irmãos, especialmente Antônio e José, respectivamente engenheiro e funcionário público. Higino oferece um relato único sobre o engenheiro José Pereira Rebouças, “irmão mais novo dos célebres André e Antônio Rebouças”, que viveu muitos anos — entre 1856 e 1921 —, embora saibamos pouco a seu respeito. Teve formação educacional idêntica à dos irmãos, tornando-se engenheiro militar sem maiores “alardes” e cumprindo importante papel “no cenário do desenvolvimento nacional”, sobretudo na construção de ferrovias.

No cenário atual de ações afirmativas nas universidades públicas, promovido pela legislação federal, é importante analisar os processos de gênese e reprodução da exclusão, posto haver cada vez menos homens e mulheres negras e negros fazendo, por exemplo, os cursos de Engenharia, Direito e Medicina. É paradoxal, pois, do século XIX à metade do XX, já existia, embora fosse rara, a formação de engenheiros, advogados e, sobretudo, médicos e médicas descendentes de africanos. Mayara Santos vai além de régua e compasso para retratar Maria Odília Teixeira, que em 1909 se formou na Facul-

dade de Medicina da Bahia, tornando-se a primeira médica negra do Brasil. Ela relata as dificuldades, os anseios, os obstáculos e a resiliência de uma menina ao adentrar espaços acadêmicos e profissionais cercados de privilégios de pertencimento familiar. Oriunda de família inter-racial num Brasil da pós-abolição, Maria Odília viu seus irmãos se tornarem também médicos e engenheiros. Mais cedo do que nunca, ela foi obrigada a pular os obstáculos da exclusão racial.

Nos capítulos seguintes, uma comparação entre o trajeto de jornalistas, poetas, artistas e professores ilumina invisibilidades diante de semelhanças opacas, das origens ao silenciamento. Passeamos por Campinas, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Porto Alegre e outras paragens, surpreendidos por roteiros originais. Na corte imperial, Higor Ferreira cerca Pretextato Silva e Israel Soares. Ambos foram referência ao fundar escolas, embalando os sonhos de famílias negras que desejavam ver seus filhos nelas. Enfim, educadores que lutaram contra a escravidão e driblaram estigmas. Pretextato pensou a escolarização como um “projeto de liberdade”, e assim convenceu a Inspetoria da Instrução Pública da Corte da importância de ser nomeado professor, dispensando “os exames profissionais que dali em diante seriam exigidos dos professores que desejassem permanecer no magistério”. Israel Soares — filho de uma africana islamizada — também sonhou com as letras. Ainda bem jovem, lia “jornais velhos no canto da cozinha”. Com o apoio do farmacêutico Marcelino Rosa, a quem tratava como “amigo e mestre”, passou de leitor a professor, estabelecendo uma escola de curso noturno “no mesmo endereço que a mãe havia estabelecido uma casa de quitandeira”. Nas décadas de 1870 e 1880, Israel multiplicou alunos, entre crianças e adultos que queriam se alfabetizar. O replicar de instrução para as pessoas negras se transformava em realidade.

Outras formações — entre literatura e poesia — viriam do interior e da capital paulista. Mário Medeiros tanto nos aguarda em Campinas como nos leva a São Paulo, no amanhecer da pós-emancipação, apresentando dois poetas: Pedro Cumba Júnior e Lino Guedes. Funcionário público, Cumba Júnior vai contribuir com livros e poemas publicados em vários jornais e revistas da imprensa paulista. Diante de seus textos da era pré-modernista de 1922, Mário o identifica como “um antepassado esquecido de escritores negros”. Bem mais jovem, destaca-se o conhecido escritor Lino Guedes, que fez parte de uma importante geração negra. Autor de inúmeros livros — nunca reeditados —, em geral publicados com recursos próprios ou por pequenas gráficas e pequenas editoras, Guedes foi interlocutor da imprensa na década de 1920, atravessando a Frente Negra Brasileira nos anos 1930.

Na elaboração e circulação de projetos intelectuais nas primeiras décadas do século 20, os periódicos sempre foram importantes condutores de comunicação. Desembarcamos no Rio Grande do Sul para conhecer os jornalistas José de Farias e Manoel

Etelcides. As pesquisadoras Aline Sônego e Helen Silveira nos guiam até as comunidades dos municípios de Cachoeira e Rio Pardo, apresentando-nos faces de um “protagonismo negro” articulado ao “associativismo operário” também nas suas formas esportivas e de lazer.

Apropriações são ainda mais ampliadas na abordagem que Antônio Liberac Cardoso Simões Pires faz de capoeiristas enquanto pensadores, na perspectiva de inventarem práticas, cosmogonias corporais e sentidos filosóficos culturais. Estamos agora na Bahia, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, para conhecer Manoel Henrique Pereira, o Besouro Mangangá; Manoel dos Reis Machado, o Mestre Bimba; e o não menos importante Vicente Ferreira Pastinha, o Mestre Pastinha. Mais do que depositários de uma inexorável cultura ancestral africana, eles foram também produtores de formas culturais diversas, que se organizaram entre a prática e o ensino da capoeira. Dimensões lúdicas, musicais, religiosas e rituais seriam recriadas, inventando tradições de capoeira. Como “intelectuais orgânicos”, testaram ações e pensamentos — em formas não necessariamente letradas — de projetos negros? Sim, e tradições orais e traduções corporais seriam permanentemente elaboradas nas ambiências da capoeiragem baiana.

Itinerários sugerem também conexões extraordinárias entre a fabulação de encontros diante da atmosfera literária das primeiras décadas do século XX. Assim, juntamos Maranhão e Rio de Janeiro, procurando permanências e transformações diante de modernidades sem mudanças. Assim, Darville Lizis nos oferece a degustação da escrita de Nascimento Moraes e João do Rio. Mergulhamos nos meandros semânticos desses dois autores, enxergando temas como raça, escravidão, pós-emancipação, literatura e cotidiano. As distantes ruas de São Luís e do Rio de Janeiro se transformam em paralelas entrecruzadas, onde personagens gritam, exalam odores, desafiam certezas e interrogam dúvidas, entre cenários urbanos que se montam e desmontam.

Sigamos com os leitores até Mato Grosso. Em Cuiabá, encontraremos pedaços da vida de Antonio Amaro Ferreira. Nascido em 1897, ele dedicou a vida toda às práticas de enfermagem em hospitais e clínicas da região. Como demonstra Valdeci Silva Mendes, Ferreira articula conhecimento médico, práticas de cura, manuseio de ervas e aplicação de remédios numa área em que fauna, flora, modernidade, tradição, floresta, cidade, médico, pajé, curandeiro, venenos, vacinas e rezas marcavam encontros e desencontros. Ele foi um verdadeiro tradutor de assistência à saúde e saberes científicos no campo da enfermagem.

Esta coletânea chega ao fim com um ensaio dos organizadores — Iamara Viana e Flávio Gomes — que reflete sobre as nuances, os limites, as armadilhas e os obstáculos de abordagens biográficas, assim como sobre prosopografias de personagens negros e

negras, marcados por apagamentos, silenciados e tornados ausentes diante da própria presença.

Ao considerarmos indivíduos, personagens, sujeitos e agentes do ponto de vista de ausências, transparências e exclusão, fazemos emergir legados sob escombros, podendo nos transformar em escafandristas diante de memórias submersas. Não adianta denunciar quanto foram marginalizados, visto que invisíveis para os relatos da dominação colonial e pós-colonial — violenta, racializada e hierarquizante — traduzidos em ideário nacional. É necessário conhecer essas pessoas. Ler sobre o que escreveram, entender o que fizeram e identificar saberes, projetos e desejos sob intenções e gestos. Nunca para comover os pósteros, e sempre sabendo que não haverá atalhos para percorrer encruzilhadas e descaminhos dessas vidas e memórias negras, que sempre importam.

1 PADRE VITOR: O PARADOXO DE UM SANTO ESCRAVIZADO NO BRASIL

MARCUS VINICIUS FONSECA

Este artigo, cuja primeira versão foi publicada na *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, com o título “Padre Vitor — Um educador negro entre a escravidão e a santidade”, aborda aspectos da trajetória de Padre Vitor, um homem negro que nasceu em 1827 na vila de Campanha, em Minas Gerais (MG). Nessa vila ele foi escolarizado e, em seguida, rumou para Mariana (MG), onde se formou padre no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte. Tornou-se vigário na vila de Três Pontas (MG), onde também atuou como diretor de uma escola particular e professor de francês e latim em instituições públicas.

Nosso biografado foi por mais de 50 anos vigário e professor em Três Pontas. Sua fama de ser devoto e humilde o levou a ser reconhecido como santo. Sua morte, em 1905, deu origem a um culto fervoroso à sua imagem, movimento que, ao longo dos séculos XX e XXI, alcançou grande intensidade no sul de Minas.

A ideia da santidade de Padre Vitor gerou um processo em favor de sua canonização, que foi formalmente registrado no Vaticano em 1989. Em 2015, ele obteve o reconhecimento de um milagre e foi declarado beato pela Igreja Católica.¹ Hoje, o processo de canonização aguarda o reconhecimento de mais um milagre para que Padre Vitor atinja em definitivo o *status* de santo. De acordo com o processo que tramita no Vaticano, ele será o primeiro ex-escravizado a se tornar santo no Brasil.

O culto a Padre Vitor se desenvolveu no início do século XX, e junto com ele se firmou a ideia de sua santidade e sua escravidão. A condição de escravizado passou a ser afirmada como elemento que certificaria o caráter excepcional de sua existência — visto que a escravidão era a condição social mais baixa de um indivíduo no Brasil do século XIX, ou seja, aquela em que uma pessoa era reduzida à condição de *objeto*. Além disso, sustenta-se que sua vida como padre e sua dedicação aos pobres deveriam elevá-lo à condição de santo.

Isso pode ser visto em um dos principais registros sobre sua trajetória, elaborado em 1973 pelo memorialista monsenhor Victor Rodrigues de Assis: